

Cleyson de Moraes Mello

Professor Adjunto da UERJ
Professor do PPGD da UERJ e da UVA
Diretor Adjunto da Faculdade de Direito de Valença
Professor Titular da Unesa e FDV
Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB

Direito Civil

S U C E S S Õ E S



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2017 by Cleyson de Moraes Mello.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Revisão: *Maria Augusta Delgado*

Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M477d

Mello, Cleyson de Moraes

Sucessões: direito civil / Cleyson de Moraes Mello. – Rio de
Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2017.

504 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7987-303-4

1. Herança e sucessão – Brasil. I. Título.

CDD- 346.81052



Freitas Bastos Editora

Tel. (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www.freitasbastos.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1 – Direito Civil Constitucional	3
1.1 Direitos Fundamentais	3
1.2 A Concepção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988	5
1.3 Diferença entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	6
1.4 As Dimensões dos Direitos Fundamentais	7
1.5 Direitos Fundamentais no Âmbito das Relações entre Particulares	9
1.6 A Eficácia dos Direitos Fundamentais	14
1.7 A Importância do Direito Civil Constitucional	17
1.8 Um Novo Locus Hermenêutico e a Nova Metodica do Direito Civil	21
1.8.1 O círculo hermenêutico e a questão dos preconceitos	24
1.8.2 A questão da pertença	25
1.8.3 O Tempo em sua Produtividade Hermenêutica	25
1.8.4 A questão da história efetual e situação hermenêutica	26
1.8.5 A importância de ter horizontes. A fusão de horizontes	27
1.8.6 A hermenêutica como aplicação	29
Capítulo 2 – Dignidade da Pessoa Humana	30
2.1 Construção Histórica	31
2.2 Dignidade Humana e Instrumentos Internacionais	38
2.3 A Dignidade da Pessoa Humana como Discurso Legitimador do Direito	50
Capítulo 3 – Introdução ao Direito Sucessório	73
3.1 Considerações Iniciais	73
3.2 Sucessão inter vivos e causa mortis	73
3.3 Modalidades de Sucessão mortis causa	78
3.3.1 Quadro Sinóptico da Sucessão hereditária em sentido subjetivo	79
3.4 Morte	81
3.4.1 Extinção da Personalidade Natural	81
3.4.2 Morte real	81
3.4.3 Comoriência ou morte simultânea	81
3.4.4 Morte civil	85

3.4.5 Morte presumida.....	85
3.4.5.1 Morte presumida com declaração de ausência.....	85
3.4.5.2 Morte presumida sem declaração de ausência	86
3.4.6 Desaparecimento em razão de atividade política.....	88
3.5 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	88
Capítulo 4 – Abertura da Sucessão Hereditária.....	89
4.1 Abertura da Sucessão e Princípio de Saisine	89
4.2 Lugar da Sucessão	93
4.3 Conflito de Leis Sucessórias no Tempo	93
4.4 Limitação do poder de dispor	94
Capítulo 5 – Sucessão do Ausente.....	95
5.1 Considerações Iniciais	95
5.2 Da Curadoria dos Bens do Ausente	95
5.3 Da Sucessão Provisória.....	97
5.3.1 Dos interessados na abertura da Sucessão Provisória.....	97
5.4 Da prestação de garantias pelos herdeiros	98
5.5 Da Sucessão Definitiva	99
5.5.1 Do Retorno do Ausente.....	99
5.6 O Registro Civil das Sentenças Declaratórias de Ausência.....	100
5.7 Dissolução da Sociedade Conjugal.....	100
Capítulo 6 – Herança.....	102
6.1 Indivisibilidade da Herança	102
6.2 Cessão de Direitos Hereditários.....	103
6.2.1 Conceito.....	103
6.2.2 Cessão, substituição e direito de acrescer.....	104
6.2.3 Cessão de bens individuados	105
6.2.4 Anulação de cessão de direitos hereditários	107
6.2.5 Meação e cessão de direitos hereditários.....	107
6.2.6 Direito de Preferência dos co-herdeiros	108
6.2.7 Imposto de Transmissão “causa mortis” e doações – ITCD....	109
6.2.7.1 Incidência	109
6.2.7.2 Isenção.....	110
6.2.7.3 Progressividade das alíquotas do ITCD	110
6.2.7.3.1 Progressividade e impostos reais	112
6.3 Inventário e Administração da Herança.....	113
6.3.1 Considerações Iniciais	113
6.3.2 Inventário Comum.....	113
6.3.2.1 Legitimidade para Requerer o Inventário.....	114
6.3.2.2 Administração da Herança.....	114

6.3.2.3 Sonegação.....	116
6.3.2.4 Remoção do Inventariante.....	116
6.3.3 Arrolamento	117
6.3.4 Inventário Negativo	117
6.3.5 Inventário Cumulativo	117
Capítulo 7 – Parentesco	119
7.1 Relações de Parentesco.....	119
7.2 Parentes em Linha Reta	121
7.3 Parentes em Linha Colateral	122
7.4 Parentes em Afinidade	124
7.5 Graus de Parentesco para Fins de Nepotismo (Súmula Vinculante nº 13).....	124
Capítulo 8 – Sucessão na União Estável.....	126
8.1 Considerações Iniciais	126
8.2 Conceito	128
8.3 Efeitos Sucessórios	129
8.3.1 Direito de concorrência do companheiro com os filhos comuns.....	131
8.3.2 Direito de concorrência do companheiro com os filhos do falecido (enteado)	132
8.3.3 Direito de concorrência do companheiro com filiação híbrida (com filhos comuns e com filhos do falecido-enteado)	133
8.3.4 Direito de concorrência do companheiro com outros parentes sucessíveis do falecido (ascendentes e colaterais)	134
8.3.5 Direito de concorrência do companheiro não havendo parentes sucessíveis do falecido	136
8.3.6 Supremo Tribunal Federal (STF) afasta a diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório.	136
Capítulo 9 – Vocação Hereditária.....	138
9.1 Considerações Iniciais	138
9.2 Capacidade Sucessória.....	140
9.2.1 Sucessão Legítima	140
9.2.1.1 Capacidade sucessória na inseminação post mortem.....	141
9.2.1.2 Capacidade sucessória – Consórcio e carta de crédito ..	141
9.2.2 Sucessão Testamentária	142
9.2.3 Incapacidade relativa testamentária passiva das pessoas.....	143
9.2.4 Nulidade das disposições testamentárias (simulações).....	144
9.3 Quadro Sinóptico	145

Capítulo 10 – Aceitação e Renúncia da Herança	146
10.1 Considerações Iniciais	146
10.2 Aceitação da Herança.....	146
10.2.1 Aceitação expressa e tácita	147
10.2.2 Renúncia da Herança	150
10.2.3 Aceitação da herança pelos credores do repudiante	152
Capítulo 11 – Exclusão da Herança por Indignidade	154
11.1 Considerações Iniciais	154
11.2 Causas de Indignidade	155
11.2.1 Caso Suzane Richthofen.....	157
11.3 Caráter pessoal da indignidade	161
11.4 Sentença Judicial.....	161
11.5 Atos praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão	164
11.6 Perdão. Reabilitação do indigno em Testamento	164
Capítulo 12 – Herança Jacente e Vacante.....	166
12.1 Herança Jacente	166
12.2 Procedimentos.....	167
12.2.1 Juízo competente	168
12.2.2 Legitimidade	168
12.2.3 Arrecadação dos bens	168
12.2.4 Chamamento dos Sucessores do Falecido	170
12.2.5 Conversão da Arrecadação em Inventário	170
12.2.6 Habilitação dos Credores.....	170
12.2.7 Alienação dos Bens Arrecadados.....	170
12.2.8 Declaração de Vacância	171
12.3 Adjudicação provisória pelo Estado	171
12.4 Segunda Hipótese de Jacência da Herança	172
Capítulo 13 – Petição de Herança.....	173
13.1 Considerações Iniciais	173
13.2 Restituição dos Bens do Acervo	175
13.3 Terceiro Adquirente	178
13.4 Herdeiro aparente (ou putativo) de boa-fé.....	178
13.5 Petição de Herança em Reconhecimento Póstumo de Paternidade..	178

DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

Capítulo 14 – Da Ordem da Vocação Hereditária	183
14.1 Considerações Iniciais.....	183
14.2 Sucessão dos descendentes em concorrência com o c�njugue	184

14.2.1	Regime da Comunhão Parcial de Bens.....	188
14.2.1.1	Bens Incomunicáveis ou Particulares	190
14.2.1.2	Bens Comunicáveis ou Comuns	195
14.2.2	Regime da Separação de Bens	197
14.2.2.1	Aplicabilidade da Súmula 377 do STF	199
14.2.3	Regime da Comunhão Universal de Bens	200
14.2.4	Regime da Participação final dos Aquestos	202
14.3	Ordem de vocação hereditária e bem gravado com cláusula de incomunicabilidade	206
14.4	Sucessão entre Cônjuges	207
14.4.1	Concorrência entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro sobrevivente.....	210
14.4.2	Direito real de Habitação.....	213
14.4.3	Cônjuge em concorrência com descendentes	215
14.4.3.1	Concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes.....	216
14.4.3.2	A cota parte do cônjuge sobrevivente não poderá ser inferior a 1/4 da herança.....	216
14.4.3.3	Caso hipotético diagramado	216
14.4.3.4	A cota parte do cônjuge sobrevivente na filiação híbrida.....	219
14.5	Sucessão dos descendentes e o direito de representação	219
14.6	Sucessão dos descendentes socioafetivos.....	220
14.7	Sucessão dos ascendentes	221
14.7.1	Concorrendo o cônjuge com o ascendente em primeiro grau	222
14.8	Sucessão dos colaterais	224
14.8.1	Sucessão entre irmãos	225
14.9	O chamamento do Estado – Município, Distrito Federal ou União à herança	227
Capítulo 15	– Dos Herdeiros Necessários.....	228
15.1	Conceito	228
15.2	Cálculo da Legítima.....	228
15.3	Intangibilidade relativa da legítima	228
15.4	Parte disponível cumulada com legítima.....	229
15.5	Exclusão dos colaterais da herança.....	230
Capítulo 16	– Do Direito de Representação.....	231
16.1	Sucessão por representação	231
16.2	Representação e Comoriência.....	233

DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Capítulo 17 – Testamento em Geral.....	237
17.1 Conceito	237
17.2 Invalidade do Testamento. Prazo	238
17.3 Capacidade para testar	239
17.3.1 Incapacidade superveniente do testador.....	255
17.4 Formas ordinárias do testamento	255
17.5 Testamento conjuntivo	255
17.6 Testamento Vital (biológico, de vida, do paciente)	256
Capítulo 18 – Testamento Público.....	265
18.1 Considerações Iniciais.....	265
18.2 Requisitos essenciais.....	266
18.3 Surdez e cegueira no momento de testar	267
Capítulo 19 – Testamento Cerrado	268
19.1 Considerações Iniciais.....	268
19.2 Requisitos Essenciais	268
19.3 Auto de Aprovação.....	271
19.4 Falecimento do testador	272
Capítulo 20 – Testamento Particular	273
20.1 Considerações Iniciais.....	273
20.2 Requisitos Essenciais	273
20.3 Falecimento do Testador	274
20.4 Testamento de Emergência (testamento holografo simplificado).....	275
Capítulo 21 – Dos Codicilos	276
21.1 Considerações Iniciais.....	276
21.2 Autonomia da Cédula Codicilar.....	277
21.3 Revogação do Codicilo.....	277
21.4 Codicilo Fechado	277
Capítulo 22 – Testamentos Especiais	278
22.1 Considerações Iniciais.....	278
22.2 Testamento Marítimo e Testamento Aeronáutico.....	278
22.3 Testamento Militar	279
22.3.1 Requisitos Essenciais	279
22.3.2 Modalidades de Testamento Militar.....	279
22.3.2.1 Testamento militar semelhante à forma pública	279

22.3.2.2 Testamento militar semelhante à forma cerrada	280
22.3.2.3 Testamento nuncupativo	280

Capítulo 23 – Disposições Testamentárias	281
23.1 Nomeação de herdeiro ou legatário	281
23.2 Interpretação de Cláusulas Testamentárias	285
23.3 Nulidade das disposições testamentárias	285
23.4 Validade das disposições testamentárias	286
23.5 Disposições testamentárias anuláveis	286
23.5.1 Erro	286
23.5.2 Dolo	292
23.5.3 Coação	292
23.5.4 Prazo para anular a disposição testamentária	294
23.6 Disposições testamentárias em favor dos pobres, estabelecimentos de caridade e assistência pública	294
23.7 Nomeação de dois ou mais herdeiros	294
23.8 Nomeações individuais e em grupo	295
23.9 Sobras da porção disponível	295
23.10 Quinhões definidos e não definidos	295
23.11 Objeto certo e determinado	295
23.12 Ineficácia das disposições testamentárias	295
23.13 Cláusula de Inalienabilidade	296

Capítulo 24 – Legados	298
24.1 Conceito e classificação	298
24.2 Legado de coisa alheia e ineficácia do legado	298
24.3 Legado de coisa comum	298
24.4 Legado de coisa genérica	299
24.5 Legado de coisa singularizada	300
24.6 Legado de coisa localizada	301
24.7 Legado de crédito ou de quitação de dívida	301
24.8 Legado feito ao credor do testador	301
24.9 Legado de Alimentos	302
24.10 Legado de Usufruto	305
24.11 Legado de Imóvel	307
24.12 Domínio e Posse da Coisa Legada	307
24.13 Direito de pedir o Legado	308
24.14 Legado em dinheiro	308
24.15 Legado de renda ou pensão periódica	308
24.16 Legado de prestações periódicas	308
24.17 Responsabilidade pelo pagamento do legado	309
24.18 Legados com Encargo	309

24.19	Caducidade dos Legados	309
24.20	Legado Alternativo.....	312
Capítulo 25	– Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.....	313
25.1	Direito de Acrescer.....	313
25.2	Espécies	314
25.3	Direito de Acrescer entre coletatários.....	314
25.4	Legado Conjunto.....	315
Capítulo 26	– Das Substituições.....	316
26.1	Substituição	316
26.2	Espécies	316
Capítulo 27	– Da Substituição Fideicomissária	318
27.1	Substituição Fideicomissária	318
27.2	Distinção entre Substituição Fideicomissária e Usufruto	319
27.3	Restrições a substituição fideicomissária	319
27.4	Fideicomissário concebido e não nascido ao tempo da morte do testador.	319
27.5	Resolubilidade da propriedade na substituição fideicomissária.....	319
27.6	Renúncia do Fideicomissário.....	320
27.7	Direito de acrescer do fideicomissário.....	320
27.8	Encargos da Herança.....	320
27.9	Caducidade do fideicomisso	320
27.10	Nulidade do fideicomisso.....	321
Capítulo 28	– Deserdação	322
28.1	Conceito e requisitos	322
28.2	Causas da deserdação.....	322
28.3	Prova das causas de deserdação.....	324
Capítulo 29	– Da Redução das Disposições Testamentárias	326
29.1	Considerações Iniciais.....	326
29.2	Ordem da redução das disposições testamentárias	326
29.3	Redução das disposições testamentárias no caso de prédio divisível	327
29.4	Bem Indivisível	327
29.5	Bens remanescentes	327
29.6	Doação inoficiosa	327
Capítulo 30	– Da Revogação do Testamento	330
30.1	Considerações Iniciais.....	330
30.2	Revogação total ou parcial.....	331

30.3	Caducidade e Invalidez	331
30.4	Revogação do testamento cerrado	331
Capítulo 31 – Do Rompimento do Testamento.....		333
31.1	Rompimento do Testamento	333
31.2	Herdeiros desconhecidos	334
31.3	Não rompimento do testamento.....	334
31.4	Quadro Sinóptico: Revogação, nulidade, caducidade e rompimento do testamento.....	335
Capítulo 32 – Do Testamenteiro		336
32.1	Testamenteiro	336
32.2	Testamenteiro Universal	336
32.3	Deveres do Testamenteiro	337
32.3.1	Requerimento do Inventário e Registro do Testamento	337
32.3.2	Prazo e Prestação de Contas.....	337
32.3.3	Outros deveres.....	338
32.4	Prazo para o cumprimento do testamento e prestação de contas.....	338
32.5	Responsabilidade solidária dos testamenteiros aceitantes	338
32.6	Prêmio, remuneração ou Vintena.....	338
32.7	Funções de Inventariante	340

INVENTÁRIO E PARTILHA

Capítulo 33 – Do Inventário.....		343
33.1	Inventário	343
33.2	Inventário Negativo.....	343
33.3	Inventário Judicial.....	344
33.3.1	Considerações Iniciais.....	344
33.3.2	Administrador Provisório.....	345
33.3.3	Legitimidade para requerer o inventário.....	345
33.3.4	Inventariante e Primeiras Declarações.....	346
33.3.4.1	Nomeação do Inventariante e Ordem de Preferência	346
33.3.4.2	Termo de Compromisso	347
33.3.4.3	Atribuições do Inventariante	348
33.3.4.4	Primeiras Declarações	348
33.3.4.5	Sonegação de Bens.....	349
33.3.4.6	Remoção do Inventariante.....	349
33.3.4.7	Destituição do Inventariante.....	350
33.3.4.8	Citações e Impugnações	351
33.3.4.9	Avaliação e Cálculo do Imposto.....	352

33.4	Inventário Extrajudicial.....	354
33.5	Arrolamento.....	361
33.5.1	Arrolamento Sumário	361
33.5.2	Arrolamento Simples.....	362
33.5.3	Aplicação do rito de arrolamento simples para o caso de herdeiro incapaz.....	363
33.6	Alvará Judicial.....	363
Capítulo 34	– Sonegados	364
34.1	Sonegados.....	364
34.2	Ação de Sonegados	365
Capítulo 35	– Pagamento das Dívidas	368
35.1	Pagamento das Dívidas.....	368
35.2	Requerimento dos Credores.....	369
35.3	Despesas Funerárias.....	371
35.4	Ação Regressiva.....	373
35.5	Exigência de Legatários e credores	373
35.6	Herdeiro devedor.....	373
Capítulo 36	– Colação	375
36.1	Colação.....	375
36.2	Sistemas de Colação.....	379
36.3	Valor da colação dos bens doados	379
36.3.1	Conceito.....	379
36.3.2	Correção monetária	380
36.4	Dispensa da Colação	381
36.5	Doação Inoficiosa e sujeitas à redução.....	381
36.6	Renúncia ou exclusão da herança.....	384
36.7	Representação do herdeiro donatário	385
36.8	Gastos Ordinários.....	385
36.9	Doações Remuneratórias	385
36.10	Doação por Ambos os Cônjuges.....	386
36.11	Impugnação à Colação	386
Capítulo 37	– Partilha	388
37.1	Partilha.....	388
37.2	Espécies de Partilha	390
37.2.1	Partilha Extrajudicial.....	391
37.2.2	Partilha amigável com homologação.....	391
37.2.3	Partilha Judicial	392
37.3	Bens insuscetíveis de divisão cômoda.....	392

37.4 Partilha-testamento e Partilha-doação	393
37.5 Frutos.....	394
37.6 Bens remotos.....	394
37.7 Sobrepartilha	394
37.8 Formal de Partilha.....	397
37.8.1 O esboço de partilha feito pelo partidor Judicial	397
37.8.2 Impugnação ao esboço de partilha	397
37.8.3 Requisitos da Partilha.....	397
37.8.4 Sentença homologatória da partilha.....	398
37.8.5 Efetivação da Sentença.....	398
37.8.6 Correção dos vícios da partilha transitada em julgada	398
Capítulo 38 – Garantia dos Quinhões Hereditários.....	399
38.1 Considerações Iniciais.....	399
38.2 Evicção dos bens herdados	399
38.2.1 Evicção	399
38.2.2 Excludentes da responsabilidade	400
38.2.3 Indenização dos co-herdeiros.....	400
Capítulo 39 – Anulação da Partilha.....	401
39.1 Anulação da Partilha	401
Capítulo 40 – Transmissibilidade de Alimentos.....	402
40.1 Considerações Iniciais.....	402
40.1.1 Conceito.....	402
40.1.2 Fundamentos.....	402
40.1.3 Finalidade	403
40.1.4 Trinômio: Possibilidade, Necessidade e proporcionalidade ..	403
40.2 Classificação	404
40.3 Características dos Alimentos	409
40.3.1 Direito Personalíssimo	409
40.3.2 Reciprocidade.....	409
40.3.3 Proximidade.....	410
40.3.4 Irrenunciabilidade.....	411
40.3.5 Transmissibilidade da obrigação	413
40.3.5.1 Limites à transmissibilidade dos alimentos	414
40.3.6 Imprescritibilidade.....	417
40.3.7 Irreptibilidade	418
40.3.8 Incredibilidade	419
40.3.9 Impenhorabilidade.....	420
40.3.10 Incompensabilidade.....	420
40.3.11 Não Solidariedade (artigo 265, CC) da obrigação alimentar ..	421
40.4 Alternatividade da prestação alimentar.....	422

40.5	Prisão Civil	423
40.5.1	Impossibilidade de Prisão Civil do Inventariante pelo . . Inadimplemento de Pensão Alimentícia.....	424
40.6	Alimentos na União Estável entre Pessoas do mesmo Sexo.....	424
40.7	Alimentos no vínculo Socioafetivo.....	426
40.8	Alimentos aos Sobrinhos	427
40.9	Alimentos Gravidicos.....	427
40.10	Alimentos entre genro/nora e sogro/sogra.....	428
40.11	Alimentos de Idosos	429
40.12	Alimentos Compensatórios ou Compensação Econômica.....	429
40.13	Alimentos Transitórios ou Resolúveis	431
40.14	Alimentos intuitu familiae ou globais.....	432
40.15	Reembolso de Despesas de Caráter Alimentar.....	432
40.16	Alimentos entre parentes.....	433
40.17	Alimentos entre cônjuges ou companheiros.....	436
40.18	Novo relacionamento familiar do credor de alimentos (alimentando)	437
40.19	Novo relacionamento familiar do devedor de alimentos (alimentante).....	438
40.20	Quadro Sinóptico	439

Anexo

Recurso Extraordinário 898.060 São Paulo – Relator: Min. Luiz Fux	442
---	-----

Referências Bibliográficas	462
---	------------